

CORREIO PAULISTANO

Douglas Ferreira / REDE CÂMARA SP



Lançamento teve presença de lideranças comunitárias

Frente Parlamentar Defesa das Favelas é lançada na Câmara

A Câmara Municipal de São Paulo oficializou a criação de uma nova frente parlamentar. É a Frente Parlamentar em Defesa das Favelas em evento no último sábado (21) no Palácio Anchieta, sede do legislativo paulistano. O lançamento contou com a presença de lideranças comunitárias, movimentos de moradia, coletivos culturais e representantes da sociedade civil. A iniciativa é da vereadora Keit Lima (PSOL). O grupo tem o objetivo de colocar os territórios periféricos no centro das decisões políticas e do orçamento da cidade de São Paulo. A Frente passa a ter prerrogativas para atuar em eixos como: orçamento público, infraestrutura e meio ambiente, segurança cidadã, direito à cidade, cultura e trabalho.

É preciso influenciar o orçamento

Thaynah Gutierrez, secretária-executiva da Rede por Adaptação Antirracista pontua a relevância do Legislativo ao abrir espaço para que a população periférica debata política e orçamento. Já Regina Lúcia dos Santos, que é coordenadora estadual de formação do Movimento Negro Unificado de São Paulo, disse ser preciso influenciar o orçamento da cidade a fim de garantir investimentos em áreas consideradas essenciais para a população.

Douglas Ferreira / REDE CÂMARA SP



A criação de uma nova UBS foi uma demanda solicitada

Moradores da ZN: Oficina Cidadã

Moradores da região do Jaçanã, na zona norte da capital paulista, participaram no último sábado (21) da 1ª Oficina de Participação Cidadã do projeto Câmara na Rua. O evento de preparação para participação qualificada foi realizado no CEU Jaçanã, mesmo local que receberá a Feira Interativa e a Tribuna Popular do Câmara na Rua no próximo sábado, no dia 28. O curso é uma iniciativa da Escola do Parlamento do Legislativo paulistano e foi uma oportunidade para troca de informações e de ferramentas entre a comunidade e o Parlamento Municipal.

Relatório sobre as solicitações

Os participantes aprenderam como organizar demandas coletivas de interesse público. De acordo com o diretor presidente da Escola do Parlamento, Gustavo Dias, a oficina que acontece na semana que antecede o Câmara na Rua, orienta como é possível exercer a participação cidadã. Além disso, um relatório sobre as solicitações da comunidade será repassado aos parlamentares.

Sena Madureira I

A Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica da Câmara Municipal de São Paulo irá realizar uma Audiência Pública para discutir as obras do túnel Sena Madureira. O debate está agendado para a próxima quinta-feira (26), a partir das 19h. A audiência foi proposta por meio de requerimento.

Sena Madureira II

A autoria é da vereadora Renata Falzoni (PSB). No documento, ela explica que o objetivo é “promover o diálogo entre o Poder Público, especialistas, comerciantes, moradores e demais interessados, possibilitando a apresentação de informações atualizadas sobre o andamento das obras”.

Educação I

Em 29 de abril, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo irá discutir em Audiência Pública o relatório de prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2026. O debate será às 13h30, na Sala Tiradentes – 8º andar.

Educação II

A audiência atende ao artigo 209 da Lei Orgânica do Município, legislação que direciona a organização e o desenvolvimento da cidade. De acordo com a Lei Orgânica, o município “apresentará em audiência pública, no Legislativo, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre, relatório sobre receitas arrecadadas...”.

Urbanismo

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e a Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica promovem Audiências Públicas na próxima quinta-feira (26). Às 13h sobre o Projeto “Boulevard São João”. Às 19h sobre Obras do Túnel Sena Madureira. Participação presencial e online.

Tiroteio

Passageiros correram após um tiroteio em um ponto de ônibus no bairro do Sacomã, na Zona Sul de São Paulo. Um homem armado disparou e quebrou o vidro do ponto de ônibus. Policiais entrevistaram e detiveram o suspeito. Apesar do susto, não houve feridos. A arma e a moto do suspeito foram apreendidas.



Imóvel era da estrutura do antigo Controle de Endemias

Justiça barra venda de prédio de pesquisa

Decisão aponta risco à ciência e possível irregularidade legal

Da Redação

A Justiça de São Paulo suspendeu, em caráter liminar, a autorização para a venda de um prédio público utilizado para pesquisas em saúde. O prédio está localizado na região central da capital paulista. A decisão foi tomada após ação civil pública apresentada por entidade que representa pesquisadores científicos do estado.

Histórico na saúde

O imóvel, está situado na Rua Paula Souza e integra a estrutura da antiga Superintendência de Controle de Endemias na cidade. O local, atualmente, é vinculado ao Instituto Pasteur. No local funcionam alguns laboratórios voltados a atividades de vigilância epidemiológica e estudos em saúde pública, com participação de pesquisadores, técnicos e estudantes de pós-graduação.

Indícios de irregularidades

Na decisão, a magistrada responsável apontou indícios de irregularidades no processo de venda, incluindo possível descumprimento de exigências previstas na Constituição estadual. Entre elas, estão a necessidade de consulta à comunidade científica e aprovação prévia do Poder Legislativo para a alienação de bens considerados patri-

mônio científico.

Também foi destacado que o espaço abriga uma estrutura complexa, recentemente reformada com recursos públicos, e que não foram apresentados estudos técnicos sobre os impactos da venda, nem planos para a continuidade das pesquisas ou realocação das atividades.

Ministério público

O Ministério Público se manifestou favoravelmente à suspensão da venda, apontando um risco de prejuízo a atividades estratégicas de saúde pública na cidade. Segundo a avaliação, a ausência de planejamento pode comprometer a continuidade de pesquisas e a capacidade de resposta a doenças.

O que diz a ação

A entidade autora da ação sustenta que a venda, nas condições atuais propostas, desconsidera a natureza científica do imóvel e carece de transparência. Entre os pontos levantados estão a falta de audiência pública, inexistência de estudos econômicos e ausência de definição sobre o destino das atividades desenvolvidas no local.

Com a concessão da liminar, os efeitos da autorização para a venda do imóvel ficam imediatamente suspensos, impedindo qualquer avanço no processo de alienação até que haja uma nova análise do caso pela Justiça.